AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 5 Nº 6 JUNHO DE 1981

COMES FREIRE -1.VII.81- DR-RIO
BRASIL CORREIO CS 03,00
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER Escola de Administração de Empresas de São Paulo
FUNDACAO GETULIO VARGAS - SP
ESCOLA ADMINISTRACAO EMPRESAS
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10. AND
01313 SAO PAULO SP
F116
CPDOC/FGV 06 JUL 1981 CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana-de-Açúcar; Serviço de Dados Básicos	Francisco Antônio da Fonseca Meneses
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa
Olericultura; Fruticultura	Iracema Bouzas Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão; Serviço de Cadastro	Irene Raguenet Troccoli
Milho; Sorgo; Rações; Pecuária Bovina	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final	Emerson da Silva Martins
Secretária	Jorgina Leite Lemos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Benjamin Grosskopf
	Claudia Rodrigues Campos
	Deborah de Almeida Lima
	Francisco Waldir Pires de Souza Filho

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Arroz 2

Café 5

Suinocultura. 11

Trigo. 11

Panorama Agropecuário

Acompanhamento das
Culturas Temporárias 14

NOTA DA EDIÇÃO

O tema principal deste número de "Agroanalysis", como não poderia deixar de ser, é o café. Há muitos anos, o Brasil não assistia a uma mobilização de cafeicultores, em defesa de seus interesses, do vulto da que vem ocorrendo nas últimas semanas. Esta mobilização decorre da séria crise por que passa a lavoura do café em nosso país. O comentário da página 5 procura mostrar que a crise atual tem origem num plano de expansão da produção cafeeira mal dimensionado no tempo e no espaço. Com efeito, não é por acaso que o Brasil se depara, atualmente, com excesso de produção em duas culturas perenes: o café e o cacau. Em ambos os casos, este excesso de produção deriva da política de incentivos oficiais à expansão do plantio. Moral da história: o que o governo concede ao produtor na forma de crédito subsidiado para ampliação da oferta, o mercado confisca, mais tarde, na forma de uma queda dos preços do produto. No caso do café e do cacau, esta exacerbação do ciclo de produção tem conseqüências particularmente graves para o Brasil, pois o excesso de oferta acaba comprometendo a arrecadação de divisas por parte do país.

O leitor encontrará, também, neste número de "Agroanalysis", comentários sobre arroz, suinocultura e trigo. Além disso, notará a volta da seção "Acompanhamento das Culturas Temporárias" que fornece um balanço, praticamente final, da safra 1980/81.

COMENTÁRIOS

ARROZ

Orizicultores têm algumas reivindicações atendidas

Encerrada a colheita da safra 1980/81, inicia-se a fase de consolidação das estatísticas que permitirão conhecer o real desempenho da orizicultura. Segundo as estimativas elaboradas pela Comissão de Financiamento da Produção, no corrente mês, o país colherá 9,12 milhões de toneladas, que representam uma redução de 6% em relação às previsões do início do ano e de 5,8%, quando comparadas ao resultado obtido na colheita anterior. A avaliação de junho é um pouco mais otimista do que a do mês anterior, que estimava a safra em 9,097 milhões de t.

Através do Quadro 1, pode-se ver como se comportaram as duas últimas safras. Após uma prolongada indefinição, a avaliação da performance do plantio efetuado na primavera de 1980 revelou uma expansão da área cultivada de quase 4%. Como o Quadro em referência apresenta um rol decrescente das produções estaduais, ordenadas segundo o resultado da colheita 1979/80, fica fácil observar que as regiões produtoras efetivamente responsáveis pelo incremento no cultivo do cereal situaram-se nos estados de Goiás, Minas Gerais e Maranhão, reafirmando a tradicional tendência da lavoura. Deve-se registrar, aliás, que foram justamente estes três estados os mais afetados pela estiagem, entre os grandes estados produtores, apresentando as maiores perdas na produtividade da cultura. Outras regiões sofreram danos ainda maiores, como o Pará, o Piauí e os demais estados nordestinos, cujas lavouras registraram quebras de 50% no rendimento por hectare, mas não influenciarão o panorama do abastecimento, pela pouca expressão de suas produções.

No entanto, mesmo com a quebra, a oferta do produto continua relativamente volumosa (ver Agroanalysis, vol. 5, nº 5) em virtude dos elevados estoques deixados pela safra anterior. É neste ponto que se situa a origem das divergências — e das sucessivas negociações — entre autoridades governamentais e orizicultores. Realmente, um excesso de oferta, como o atualmente verificado, numa conjuntura inflacionária, atende aos interesses do governo, no que se refere ao custo de vida, mas afeta diretamente os produtores.

O mercado do arroz caracteriza-se, no momento, por preços baixos, tanto nas regiões produtoras, quanto nos centros consumidores. Os preços recebidos pelos produtores, em termos reais, são, de maneira geral, inferiores, àqueles de um ano atrás. De acordo com o Quadro 2, em que os preços médios foram corrigidos para o último mês de maio, a remuneração dos orizicultores não acompanhou a inflação, superando-a apenas no Maranhão, estado que tem garantida a colocação de seu produto, por ser um tradicional abastecedor da área nordestina.

Entre os estados selecionados, são justamente os do Centro-Oeste os que apresentaram o pior desempenho, em termos de remuneração dos produtores. Evidentemente, de lá partiram as reivindicações de mudanças nos instrumentos de política agrícola estabelecidos para esta safra, pois, há meses, os preços vigorantes na região estão bastante deprimidos. Isto em razão das dificuldades de escoamento da safra e da concorrência do produto de outras áreas. De fato, a vigência de preços favoráveis aos consumidores fez com que se optasse pela compra de arroz de melhor qualidade, como o agulhinha gaúcho, por exemplo, de preços igualmente atraentes.

Quanto às reivindicações, a mais pleiteada pelos orizicultores dos estados centrais não foi atendida, porque implicaria a correção dos atuais preços mínimos de garantia. Às vésperas da divulgação do preço mínimo para a safra 1981/82, optou-se por não promover mudanças nos antigos valores, principalmente porque, com os atuais baixos preços do mercado, o Estado se colocaria, de fato, como o único comprador. Com efeito, até meados de junho, os estoques governamentais da safra entrante totalizavam algo em torno de 300 mil t, devendo, até o fim do mês, haver 400 mil t em AGFs. Já por ocasião dos vencimentos dos financiamentos de cus-

QUADRO 1

BRASIL e ESTADOS SELECIONADOS – Área, Produtividade e Produção de Arroz – Safras 1979/80 e 1980/81

Estados	Área (1.000 ha)		Produtividade (kg/ha)		Produção (1.000 t)	
	1979/80	1980/81	1979/80	1980/81	1979/80	1980/81
RS	619,3	633,0	3.645	3.980	2.257,4	2.520,0
GO	1.186,0	1.327,0	1.100	750	1.304,6	995,0
MA	1.020,0	1.100,0	1.255	900	1.281,3	990,0
MT	898,3	910,0	1.307	1.170	1.174,2	1.065,0
MG	595,4	854,0	1.423	880	847,3	752,0
PR	390,5	343,0	1.634	1.920	638,0	658,6
MS	501,0	416,0	1.025	1.150	513,6	478,0
SP	323,2	317,0	1.400	1.300	452,5	412,0
SC	153,5	154,0	2.794	2.800	428,9	431,0
Brasil	6.333,6	6.632,0	1.517	1.372	9.684,0	9.119,7

FONTE: CFP.

teio, em 30/6, ocorrerá maciça contratação de EGFs e maior efetivação de novas AGFs, atualmente evoluindo de forma lenta.

As modificações conseguidas pelos produtores situaram-se, basicamente, na área dos Postos Volantes de Compra (POVOCs) corrigindo-se o padrão de aquisição, que passou de Cr$ 765,60, para Cr$ 810,00, por 60 quilogramas a granel, cifra a que se somam novos valores para o pagamento do frete (aumentado de Cr$ 40,00, para Cr$ 60,00, em Mato Grosso, e de Cr$ 20,00 para Cr$ 60,00, em Goiás e Rondônia) e para o da sacaria (aumentada dos anteriores Cr$ 71,75, para Cr$ 90,00).

Tais alterações não foram suficientes para agilizar a comercialização do produto, mesmo nas regiões por elas beneficiadas, pois os orizicultores permanecem à espera de novas mudanças. Tiveram, porém, o efeito de levar a outras zonas produtoras, como o Rio Grande do Sul, a movimentação por reivindicações semelhantes. No caso deste estado, cuja safra, de volume inédito, apresentou muito boa qualidade, o IRGA obteve autorização para adquirir arroz por preços 5% acima do preço mínimo, mas viu frustrada sua intenção de compor um estoque regulador de 300 mil t (adquiriu cerca de 50 mil t) pois os preços do mercado, mesmo deprimidos, superam este valor (incluindo o Funrural, o preço do IRGA é, em média, de Cr$ 860,00/50 kg).

A situação do mercado reflete a existência de uma elevada oferta do produto e a recente correção estatística promovida pela CFP, no volume final da safra, permitirá atender à solicitação dos orizicultores

QUADRO 2

BRASIL: Estados Selecionados — Evolução Real dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores — janeiro a maio de 1980 e de 1981 — Cr$/60 kg*

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Rio Grande do Sul					
1980	1.977,7	1.837,4	1.430,1	1.391,9	1.347,9
1981	1.162,4	1.177,7	1.077,2	1.115,7	1.050,5
Maranhão					
1980	1.523,2	1.379,4	1.070,9	967,7	1.039,6
1981	1.162,4	1.092,1	1.077,2	1.115,7	1.049,4
Mato Grosso					
1980	1.607,5	1.419,0	1.165,8	1.014,8	1.099,3
1981	836,6	768,5	827,8	813,1	757,5
Goiás					
1980	1.961,8	1.664,5	1.367,8	1.237,8	1.342,0
1981	1.019,2	909,6	970,8	988,7	950,0
Mato Grosso do Sul					
1980	1.651,8	1.673,6	1.275,9	1.220,5	1.119,7
1981	1.019,5	952,8	868,3	839,3	801,5

Obs.: Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, de Conj. Econ., para maio de 1981.
FONTE: SIBRATER.

gaúchos, de exportação de uma pequena parcela de sua colheita, cerca de 50 mil t.

Pelo lado do consumidor, reina uma certa tranqüilidade, pelo menos nas grandes metrópoles, onde os supermercados permanecem vendendo o produto por Cr$ 44,00/kg, dentro do acordo estabelecido entre o governo e esta rede distribuidora. Este preço poderá ser alterado, dentro do acordo, embora não venha constituir mais um ônus para os já tão combalidos orçamentos familiares. De fato, os atuais preços do arroz no varejo são, em termos reais, os mais baixos desde o início da década de 70, tendo sido igualados apenas na safra 1975/76.

É preciso notar, porém, que o mesmo ocorre pelo lado dos produtores, ou seja, no espaço de uma década, os preços por eles recebidos pelo arroz, hoje, são, também, os mais baixos.

CAFÉ

As raízes da crise

Há muitos anos, o Brasil não assistia a uma mobilização de cafeicultores, em defesa de seus interesses, do vulto da que vem ocorrendo nas últimas semanas. As reivindicações dos produtores têm por foco a questão do preço mínimo de garantia, embora abranjam, também, o percentual de financiamento para comercialização, a redução do confisco cambial e a eliminação do subsídio ao consumo interno de café.

Nessas ocasiões, a necessidade de soluções de emergência impede, muitas vezes, que autoridades econômicas e empresários agrícolas possam examinar, mais detidamente, as causas verdadeiras dos problemas que os afligem. Essa análise, no entanto, faz-se absolutamente necessária para que uns e outros consigam extrair, das dificuldades presentes, as lições que servirão para evitar a repetição de erros no futuro. Com efeito, a história da lavoura cafeeira, no Brasil, é pontilhada por crises de mercado que decorrem em parte, é bem verdade, do caráter cíclico desta cultura, mas que têm origem, também, em erros cometidos na formulação da política para o setor.

O ponto de partida da crise atual encontra-se na forte geada que, em 1975, atingiu os cafezais do Sul do país, reduzindo, drasticamente, a produção brasileira. Os efeitos da geada se fizeram sentir mais fortemente a partir da safra 1976/77, cuja produção ficou em apenas 6 milhões de sacas (ver Quadro 1). Desta forma, o Brasil que, desde a 2ª grande guerra mundial, já vinha perdendo terreno no mercado internacional, viu, assim, a sua capacidade de exportar substancialmente diminuída. E, na verdade, a queda na participação do Brasil no mercado mundial só não foi mais acentuada porque, naquela ocasião, existiam estoques no IBC que permitiram resguardar, parcialmente, a posição de exportador do país.

A geada de 1975 provocou, nas autoridades cafeeiras, duas reações. A primeira consistiu em incentivar, de imediato, o plantio de novos cafezais, a fim de reconstituir o parque cafeeiro nacional e assegurar que o Brasil voltaria a ser, num futuro próximo, o maior produtor mundial de café. A segunda reação foi a de procurar reduzir o risco de caráter climático a que se encontrava submetida a lavoura cafeeira. Para isto, procurou-se estimular o plantio em áreas novas, de preferência distantes das regiões mais frias do Sul do país.

Com esta dupla finalidade, foi elaborado, após a geada de 1975, um plano de recuperação da lavoura cafeeira, baseado na concessão de subsídios para o plantio de novos cafezais. O resultado deste esforço de expansão do parque cafeeiro foi o de elevar consideravelmente, em apenas 5 anos, o potencial de produção do país. Atualmente, estima-se que o Brasil possui cerca de 3,6 bilhões de cafeeiros, capazes de produzir, anualmente, 36 milhões de sacas de café. E o financiamento para novos plantios ainda se acha disponível, pelo menos no que diz respeito às regiões de agricultura pioneira ou às áreas de economia relativamente atrasada.

A safra 1981/82, com a sua produção avaliada em 32 milhões de sacas, representa, portanto, apenas a

QUADRO 1

BRASIL: Produção de Café – Período 1961-1981
(Estimativas Finais em Milhões de sacas)

Ano-Safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Brasil
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	10,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	6,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,6	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,8	4,9	1,4	0,5	28,1
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77	0,0	1,9	2,3	1,5	0,3	6,0
1977/78	1,8	7,6	4,9	1,2	0,6	16,1
1978/79	4,6	8,3	4,3	2,3	0,5	20,0
1979/80	2,0	8,4	7,9	2,7	0,6	21,6
1980/81	3,0	7,0	3,0	3,1	0,9	17,4

FONTE: IBC.

primeira de uma seqüência de safras cujo volume médio deverá situar-se pouco abaixo de 30 milhões de sacas. Para que se tenha uma idéia do que este volume representa, basta lembrar que, desde a safra 1965/66, o Brasil não quebra a marca dos 30 milhões de sacas. Ora, à medida em que a produção brasileira decrescia e que o Brasil perdia parcela importante do mercado mundial, em função de uma política sistemática de sustentação dos preços adotada por suas autoridades cafeeiras, outros países, notadamente a Colômbia, a Costa do Marfim e a Indonésia, aumentavam a sua participação no comércio internacional do café. A parcela brasileira do mercado mundial que, no período 1960/64, era de 38,2%, caiu para cerca de 23% em 1975/77, atingindo o seu ponto mais baixo em 1979, apenas 18%.

Prevendo os problemas que adviriam da recuperação das safras brasileiras, o IBC iniciou, a partir do ano passado, um esforço de reconquista de mercados para o produto nacional, conseguindo elevar para 24% a participação do Brasil no mercado composto pelos países membros da Organização Internacional do Café. É claro, no entanto, que o grande problema com que se defronta o país, no momento, decorre da falta de sincronização entre o programa de expansão da produção e a estratégia de recuperação de mercados para o Brasil. Se é fato que a tentativa de reconquista de mercados dificilmente poderia ter sido iniciada mais cedo, tendo em vista o nível extremamente baixo dos estoques brasileiros, torna-se forçoso reconhecer que o plano de expansão da produção foi mal dimensionado no tempo e no espaço. O erro de programação que consistiu em concentrar no tempo a expansão da produção, sem atentar para a capacidade de absorção do mercado, é responsável, hoje, pelo confronto que se estabeleceu entre produtores e governo. A produção adequada para esta safra seria algo da ordem de 27 milhões de sacas, o que permitiria, ao governo, alcançar, simultaneamente, os seguintes objetivos:

1) proceder a um esforço de exportação (a meta para este ano, que dificilmente será alcançada, é de 17 milhões de sacas);

2) iniciar o processo de reconstituição dos estoques do IBC, sem prejuízo do mercado interno, cuja demanda é estimada em 7 milhões de sacas;

3) oferecer um preço mínimo de garantia aos produtores que fosse efetivamente remunerador.

Ou seja, o Brasil deveria ter programado o crescimento da sua produção para atingir, gradativamente, o que seria um nível ótimo de produção, tendo em vista a meta de exportar 20 milhões de sacas (o que só poderá ser alcançado, sem grandes abalos para o mercado, num prazo de 4 ou 5 anos), a necessidade de reconstituir os estoques do IBC segundo um escalonamento compatível com as possibilidades financeiras do governo e a lenta expansão do consumo interno. Ao invés disto, o país vê-se a braços com uma safra que já ultrapassou, amplamente, a capacidade de absorção do mercado e que coloca, diante das autoridades financeiras, um problema de difícil solução.

Com efeito, no ano safra 1981/82, que tem início em julho próximo, a quota de exportação do Brasil na OIC — sujeita a um novo corte, em razão da queda persistente das cotações — é, atualmente, de 14,1 milhões de sacas. Esta quantidade supera em 1,1 milhão de sacas o total das vendas do Brasil àqueles países, em 1980. Para alcançar a meta de 17 milhões, será ainda necessário vender 2,9 milhões de sacas a países importadores não filiados à OIC, os quais, em 1980, compraram 2,2 milhões de sacas de café brasileiro. Será preciso, portanto, elevar as vendas em 700 mil sacas para um mercado fortemente competitivo, que não conta com limites de preço ou quotas de exportação e que absorve, anualmente, pouco mais de 6 milhões de sacas. Como, por outro lado, o mercado interno não deverá absorver mais do que 7 milhões de sacas, as possibilidades de comercialização do café brasileiro somam pouco mais de 24 milhões de sacas, diante de uma produção que deverá atingir 32 milhões de sacas. As 8 milhões de sacas restantes terão que ser absorvidas pelo governo e pelo

setor privado, com o objetivo de reconstituir estoques. Esta operação será facilitada, em parte, pelo fato de que os estoques do IBC se acham muito baixos — cerca de 1,8 milhão de sacas neste final de junho — e há necessidade urgente de recompô-los, o mesmo acontecendo com os segmentos privados de comercialização interna e externa.

Para o governo, no entanto, o problema que se coloca é o da dificuldade em conciliar o amparo à cafeicultura nacional com as restrições que ele próprio impôs à expansão do orçamento monetário nacional. Tanto mais que a safra cafeeira é apenas uma das inúmeras pressões que já se fazem sentir sobre a programação monetária do governo federal. Estima-se, num cálculo preliminar, que o governo, para enxugar o mercado, terá que adquirir entre 7 e 8 milhões de sacas no ano safra 1981/82. Ao preço mínimo de garantia reivindicado pelos produtores (Cr$ 13.038,00/sc de 60 kg), isto representaria uma despesa entre Cr$ 68 bilhões e Cr$ 78 bilhões*. Essa soma representaria, por si só, um peso adicional variando entre 9% e 11% sobre um orçamento monetário programado para crescer, ao longo de todo o ano de 1981, apenas 50%. Por outro lado, parece igualmente claro que o governo não correria o risco de fixar um preço mínimo de garantia que viesse a ficar significativamente acima do preço de mercado. Este preço de mercado (atualmente cerca de Cr$ 6.200,00/sc) é determinado basicamente pela cotação internacional do produto, pela taxa de câmbio e pelo valor do confisco cambial fixado pelo governo para as exportações de café. O cálculo a seguir mostra, com os números do momento, o limite máximo imposto por essas três variáveis ao preço do café no mercado interno:

1) preço de registro: US$ 2,00/lb = = US$ 264,00/sc
2) preço de registro - confisco cambial: US$ 264,00 — US$ 176,00 = = US$ 88,00/sc
3) remuneração do exportador: US$ 88,00 x Cr$ 90,95/dólar = = Cr$ 8.004,00/sc
4) despesas do exportador: Cr$ 1.200,00/sc

Diferença entre 3) e 4) que corresponde ao limite máximo imposto ao preço do café no mercado interno: Cr$ 6.804,00/sc.

É evidente, portanto, que a reivindicação dos produtores, de um preço mínimo de garantia de Cr$ 13.038/sc, é incompatível com as normas que regem, no momento, a comercialização do café brasileiro, pois implicaria, a curto prazo, a paralisação das vendas externas do Brasil e a conseqüente compra de parte substancial da safra pelo IBC. Por outro lado, o custo de produção estimado para a safra 1981/82, que começa a ser colhida neste mês de julho, supera os Cr$ 7.000,00/sc em lavouras com rendimento satisfatório, avaliado em 10 sacas de café beneficiado por mil pés. É fácil imaginar que em lavouras de menor produtividade, com características de minifúndio, que representam, atualmente, a maioria das explorações de café, o custo de produção seja ainda mais elevado.

Torna-se claro, desta forma, que a fixação de uma remuneração justa para o cafeicultor exige, da parte do governo, modificações substanciais nas regras que norteiam a comercialização externa do café brasileiro. Apenas a título de exemplo, procede-se, a seguir, ao cálculo do que seria o limite máximo imposto ao preço do café, no mercado interno, no caso de uma retirada integral do confisco cambial:

1) preço atual no mercado internacional: US$ 119/sc = Cr$ 10.823,00/sc
2) despesas diversas do exportador: Cr$ 1.200,00/sc
3) diferença entre 1) e 2): Cr$ 9.623,00/sc

É claro, contudo, que o preço interno de mercado ficaria, na prá-

* Uma vez deduzidos os impostos e despesas que acompanham a venda do café ao IBC, o produtor receberia a quantia líquida de Cr$ 9.779,00/sc, que corresponde ao que o governo teria que dispender por cada saca adquirida aos cafeicultores nacionais.

tica, abaixo dos Cr$ 9.623,00/sc, tendo em vista que o excesso de oferta do produto acabaria fazendo com que boa parte do confisco cambial fosse apropriada pelo exportador (cuja margem se acha bastante reduzida) e, talvez, pelo consumidor estrangeiro, na forma de uma redução da cotação internacional.

O problema do governo consiste, portanto, em fixar o confisco cambial num nível que possa atender a três objetivos:

1) proporcionar uma remuneração adequada ao cafeicultor. Essa remuneração deve cobrir os custos de produção do café e assegurar, ao produtor, um retorno financeiro aproximadamente igual ao que pode ser obtido em outras lavouras;

2) assegurar uma oferta de café para a exportação compatível com as possibilidades de colocação do produto brasileiro no exterior, de forma a evitar a transferência dos benefícios financeiros, decorrentes da retirada do confisco cambial, para o consumidor estrangeiro;

3) assegurar, ao governo, uma receita mínima, capaz de garantir a absorção de cerca de US$ 400 milhões em Avisos de Garantia, acumulados em mãos de importadores estrangeiros, e a constituição de um fundo de reserva para a compra de café.

É interessante notar, a propósito, que a consecução do objetivo expresso no item 2) seria facilitada pela fixação de um preço mínimo de garantia que pudesse ser considerado satisfatório pelos produtores. A absorção dos Avisos de Garantia, por sua vez, implicará, forçosamente, a compra de café pelo governo, pois o valor acumulado desses títulos já corresponde a quase 3 milhões de sacas e os estoques do IBC são de apenas 1,8 milhão de sacas.

A superação da crise exige, ainda, da parte do governo, a implantação de um esquema financeiro que induza produtores e comerciantes a reter consigo, o maior tempo possível, uma parcela importante da produção. Isto pode ser alcançado graças a um determinado número de medidas que podem ser adotadas em conjunto ou separadamente:

1) congelamento do confisco cambial, qualquer que seja o nível em que ele venha a ser fixado. Atualmente, o confisco cambial é elevado toda vez que ocorre uma desvalorização do cruzeiro;

2) elevação do percentual de financiamento para comercialização, dos 65% atuais para os 80% reivindicados pelos produtores;

3) instituição, para o café, de um sistema semelhante ao EGF, em que o governo financiaria a retenção do produto pelo cafeicultor ou comerciante, dando a este a opção de venda ao IBC ao final do prazo de financiamento. Este sistema reduziria as necessidades de compra pelo IBC, ao mesmo tempo em que daria uma garantia de mercado aos produtores;

4) desvalorização mais acentuada do cruzeiro nos meses vindouros.

É claro, contudo, que as medidas descritas acima servem apenas para minorar as dificuldades da hora presente, mas pouco significam diante da perspectiva de uma sucessão de safras brasileiras da ordem de 30 milhões de sacas. Com relação a isto, o que precisa ser decidido, urgentemente, é a adoção de uma estratégia de comercialização externa que faça com que as exportações brasileiras retornem, o mais breve possível, ao nível de 20 milhões de sacas anuais. Este objetivo não é fácil de ser alcançado, mas pode ser ajudado pelo fato de que o estoque mundial retido pelos países produtores, previsto para o final do ano safra 1980/81, é o menor dos últimos 21 anos (ver Quadro 2). Este comportamento dos países importadores decorre, em grande parte, da alta das taxas de juros no mercado internacional, e da expectativa de queda dos preços do café. Uma redução dessas taxas de juros e um esforço dos países produtores no sentido de reverter a expectativa atual do mercado cafeeiro poderiam desencadear um processo de reconstituição de estoques a nível internacional que contribuiria para reativar a demanda. Há necessidade, apenas, de uma ação coordenada, dentro ou fora da OIC, reunindo os principais países produtores de café. No caso do Brasil, no entanto, seria bom que se procurasse, desde já, imaginar a criação de um apoio institucional à lavoura cafeeira que servisse para amortecer os efeitos dos ciclos da produção cafeeira sobre o produtor nacional e não para agravá-los.

QUADRO 2

CAFÉ – Distribuição Mundial da Oferta – 1960/61-1930/81
(em milhões de sacas de 60 kg)

Períodos	Estoques Iniciais	Produção	Importação dos Países Produtores	Disponibilidade Total	Consumo Interno dos Países Produtores	Exportações	Estoque Final
1960/61	58,806	65,374	0,215	124,395	16,270	43,003	65,123
1961/62	65,123	75,950	0,191	141,264	20,985	46,151	74,128
1962/63	74,128	67,787	0,162	142,077	14,591	46,946	80,538
1963/64	80,538	65,338	0,910	145,967	17,524	51,070	77,371
1964/65	77,371	52,649	0,890	130,109	16,650	41,902	71,556
1965/66	71,556	82,153	0,144	153,853	17,697	49,965	86,188
1966/67	86,188	63,380	0,158	149,726	19,128	48,915	81,684
1967/68	81,684	70,877	0,155	152,716	17,950	55,732	79,039
1968/69	79,039	63,316	0,115	142,470	19,528	53,582	69,360
1969/70	69,360	69,713	0,181	139,254	18,789	55,119	65,346
1970/71	65,346	58,979	0,179	124,504	19,278	51,641	53,588
1971/72	53,588	73,679	0,211	127,478	18,951	58,279	50,246
1972/73	50,246	77,033	0,206	127,485	17,365	61,150	48,974
1973/74	48,974	66,115	0,288	115,377	19,028	60,391	35,958
1974/75	35,958	82,508	0,293	118,759	19,145	55,325	44,288
1975/76	44,288	72,935	0,245	117,468	18,780	59,309	39,382
1976/77	39,382	61,440	0,246	101,068	18,793	56,846	25,429
1977/78	25,429	70,757	0,294	96,480	18,869	48,226	29,385
1978/79	29,382	78,434	0,279	108,095	19,318	63,723	25,054
1979/80	25,078	80,400	0,275	105,753	19,894	62,201	23,658
1980/81	23,658	80,670	0,295	104,623	20,244	60,971	23,408

FONTE: Complete Coffee Coverage.

SUINOCULTURA

Sofrendo a influência da baixa do ciclo pecuário

Atividade que subsiste à sombra da bovinocultura, a suinocultura brasileira atualmente encontra-se (assim como a avicultura) pressionada pela fase baixista do ciclo pecuário, no país. A título de exemplo, de janeiro a maio deste ano, o preço real pago pela arroba do boi gordo, ao produtor paulista, apresentou uma queda acumulada de 25,4%, ao mesmo tempo em que, no varejo da cidade de São Paulo, o preço real desta carne regrediu 21,3%. Desta forma, o aumento dos abates de bovinos não vem acarretando, apenas, uma maior oferta deste tipo de carne, mas, também, uma retração acentuada da procura das carnes substitutas. No caso da suinocultura, tal retração soma-se a uma tradicional série de fatores que têm limitado, ao longo dos anos, a expansão do consumo de carne de porco.

O reflexo da crise do setor de carne bovina sobre a suinocultura pode ser facilmente mensurado pelas últimas ocorrências que se vêm verificando, principalmente no sul do país, onde os suinocultores passaram a obter preços inferiores aos custos de produção, à medida em que diminuía a procura por animais terminados por parte dos abatedouros. No mês de maio deste ano, não só o preço médio recebido, no Paraná, pelo suíno tipo *raça*, foi 7,4% inferior em termos reais ao obtido em janeiro, como também inferior em 24,5% ao de um ano antes, em termos reais. Paralelamente, o preço médio recebido pelos suinocultores gaúchos no mês de maio deste ano pelo suíno tipo *carne* foi 20,7% inferior ao custo de produção elaborado pela Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, para aquele mês. Já na primeira quinzena de junho, este mesmo preço denotou queda aproximada de 3,3%, aumentando a pressão sobre os criadores.

No momento, resta à suinocultura esperar que a recuperação do segundo semestre, apoiada no binômio aumento do consumo da carne suína no final do ano e entressafra da carne bovina, venha a afrouxar o aperto financeiro pelo qual está passando o setor suinícola, pois não parece haver a possibilidade de que outras soluções de curto prazo possam minimizar as atuais dificuldades. Mesmo assim, vigora a expectativa de que não somente serão reabertas as exportações de carne suína, como também de que o governo procurará adequar o preço mínimo à realidade do mercado, uma vez que ele se encontra inalterado em Cr$ 48,00/kg há um ano.

No entanto, tudo indica que não ocorrerá um elevado reajuste do preço mínimo pelo menos por agora, em razão da decisão governamental de contenção de despesas como elemento de controle do surto inflacionário.

Quanto às exportações, estas estariam na dependência do parecer da FAO quanto às condições higiênico-sanitárias do rebanho, especialmente no que tange à erradicação da peste suína africana do território nacional. Contudo, embora já esteja concluído um relatório da FAO de opinião favorável às condições da criação suinícola nacional e do combate empreendido à doença, este documento afirma que não é da competência daquele órgão emitir parecer sobre a ausência de peste suína em solo brasileiro. Tal relatório incorpora, além disso, requisitos técnicos rigorosos, que seriam necessários para o reconhecimento de uma zona livre de peste suína africana, da qual se originaria o produto para o exterior. O que, em princípio, mantém a indefinição, pelo menos temporária, quanto ao reinício destas vendas.

TRIGO

Menor disponibilidade de crédito afeta o plantio

As primeiras estimativas referentes ao plantio da safra brasileira de trigo deste ano estão sendo bastante reveladoras, no que diz respeito aos resultados da política desenvolvida para a triticultura, nos últimos anos. Com efeito, beneficiário de um plano que visava à expansão da produção, para que se alcançasse a auto-suficiência a partir de 1974, o plantio do cereal ampliou-se devido, principalmen-

te, à concessão de subsídios creditícios (ver Agroanalysis — vol. 3, nº 11). A resposta a estes incentivos, entretanto, ficou muito aquém das expectativas. De fato, apesar do crescimento de 123% da área cultivada com o cereal e do incremento de 451%, em termos reais, no volume de recursos destinados ao custeio das lavouras de trigo, entre 1973 e 1979, a produtividade média brasileira foi, no segundo quinqüênio da década, 22% menor do que nos cinco anos anteriores.

Assim, embora estes números demonstrem que o instrumental utilizado não logrou os resultados desejados, em termos de produtividade, o apoio governamental à cultura sempre esteve presente, em maior ou menor intensidade, ao longo de todo o período que se inicia em 1975. Esta afirmativa pode ser facilmente comprovada pela comparação dos preços de garantia fixados pelo governo com os custos de produção elaborados pelos produtores. Tais valores quase se igualaram nos anos de 1975 e 1976, mas, a partir de então, passou a haver uma defasagem entre eles, que, no entanto, oscilou sempre em torno de um mesmo patamar, ou seja, o preço fixado pelo governo se situou, desde 1977, entre 15 e 20% abaixo do pleiteado pelas cooperativas.

Todavia, mais do que o estímulo-preço, os recursos postos à disposição dos produtores, a título de crédito de custeio, é que representaram — e representam ainda — o fator mais relevante na modificação da extensão da área plantada.

Isto porque a disponibilidade do crédito, aliada à dificuldade de adaptação da cultura ao clima brasileiro, que muitas vezes apenas serviu como desculpa para lavouras mal conduzidas, facilitou a obtenção de recursos para o custeio de lavouras, embora, de fato, a motivação principal do produtor fosse conseguir recursos adicionais, com o fim de complementar as receitas da safra de verão, por exemplo.

Quanto a esse aspecto, pode-se observar no Quadro 1, que a disponibilidade de recursos para custeio por unidade de área cultivada com trigo deu um salto inicial de Cr$ 3.790,00/ha, em 1973, para Cr$ 11.207,00/ha em 1975 e, a partir daí, praticamente estabilizou-se em torno de Cr$ 10.000,00/ha (sempre em cruzeiros de 1980). Pode-se concluir, portanto, que o apoio institucional à cultura, se medido em termos do crédito subsidiado disponível aos produtores, manteve-se ao longo desses anos.

Em 1981, entretanto, o panorama parece ter-se modificado sensivelmente. A decisão governamental de financiar 100% do VBC apenas para os mini e os pequenos produtores, enquanto os médios e grandes terão financiamento de, respectivamente, 80 e 60% desse valor de referência, aparenta ser a primeira medida séria de restrição creditícia à lavoura de trigo. No ano passado, apesar de os médios e grandes produtores já terem recebido apenas 80% do VBC, essa medida não chegou a representar uma queda real nas disponibilidades de crédito por unidade de área, conforme se observa no Quadro 1.

Já no corrente ano, o Valor Básico de Custeio para a faixa de produtividade entre 801 e 1.000 kg/ha, onde se enquadra a maior parte dos triticultores, foi apenas 38% superior ao concedido aos grandes produtores, em 1980. No caso dos médios produtores, o acréscimo foi de 85%, ainda bem abaixo do aumento de 115% dos custos de produção, segundo os cálculos das cooperativas de produtores. Além dessa relativa restrição creditícia, a fixação, desde 1980, da cobertura do Proagro em apenas 70% do crédito de custeio concedido e a medição obrigatória de lavouras acima de 200 hectares, por exemplo, são medidas que demonstram a intenção governamental de aumentar a eficiência dos recursos alocados em crédito rural, especialmente, no caso do trigo.

O conjunto dessas medidas, com maior ênfase na redução dos VBC's para médios e grandes produtores, mais as sucessivas frustrações da produção gaúcha, deverão causar uma sensível redução na área cultivada com o cereal, em 1981. Dos 3,3 milhões de hectares semeados no Brasil, em 1980, se passará, este ano, a aproximadamente 2,1 milhões de hectares, com a maior parcela da redução concentrada no Paraná e no Rio Grande do Sul, cujas áreas diminuirão algo em torno de 40%. Essa grande contra-

ção da área plantada com trigo praticamente confirma a hipótese de que a disponibilidade de crédito é um dos fatores mais relevantes para expansões ou decréscimos do cultivo do cereal.

Dessa forma, dadas as condições de financiamento para as lavouras de trigo, em 1981, que obrigam os produtores a dispenderem recursos próprios em volumes superiores aos empregados nos últimos anos,é lícito supor que apenas as áreas mais propícias serão plantadas,com os melhores tratos culturais. Assim sendo,com boas condições climáticas,poder-se-á obter rendimentos físicos em torno de 1.000kg/ha(a melhor produtividade dos últimos seis anos foi a da safra de 1978,onde se alcançou 996 kg/ha) e uma produção de até 2,1 milhões de t.

Esse volume será 21% inferior às 2,7 milhões de t obtidas em 1980 e ainda mais distante do consumo anual brasileiro, que deverá situar-se, este ano, em 6,3 milhões de t (exclusive sementes).

QUADRO 1

BRASIL: Evolução do Crédito de Custeio Agrícola para a Triticultura e da Área Plantada com Trigo – 1970 a 1980

	A Valor Nominal (Cr$ 1.000)	B Valor Real(1) (Cr$ 1.000 de 1980)	C Área milhões de ha	D B/C
1970	262.294	6.028.531	1,90	3.173
1971	390.618	7.461.537	2,27	3.287
1972	650.280	10.610.485	2,32	4.573
1973	492.681	6.974.210	1,84	3.790
1974	1.821.364	20.067.863	2,47	8.124
1975	3.809.637	32.835.077	2,93	11.207
1976	5.674.084	34.603.009	3,54	9.775
1977	6.853.939	29.300.589	3,15	9.302
1978	9.767.799	30.106.230	2,81	10.713
1979	19.206.513	38.458.006	4,10	9.380
1980	30.908.939*	30.908.939	3,31	9.338

* sendo: 1º semestre 28.774.277
2º semestre 2.134.662
(1) Índice médio de 1980.
FONTE: Banco Central do Brasil.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ALGODÃO

BRASIL

Estágio atual da lavoura: Final de colheita na Região Centro-Sul e desenvolvimento vegetativo nos estados nordestinos.
Pico da Safra: março/abril, no Centro-Sul; agosto/setembro, no Nordeste.
Produção: A produção esperada de algodão em caroço situa-se entre 1,764 milhão de t e 1,899 milhão de t (estimativa CFP).
Produção da Safra 1979/80: 1,619 milhão de t (estimativa CFP para o Centro-Sul e FIBGE para o Nordeste).
Maior produção alcançada anteriormente: 2,51 milhões de t (safra 1971/72).
Causas da variação da produção: Elevação da área plantada em 6,5% e da produtividade em 5%, percentuais estes basicamente devidos às estimativas para a safra nordestina.

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

SÃO PAULO

Produção: De acordo com a última estimativa da CFP, a safra paulista deverá ser de 510,4 mil t.
Produção da safra anterior: 473,4 mil t
Causas da variação da produção: Elevação da área em 2% e da produtividade em 5,6%. A produtividade este ano beneficiou-se pelas excelentes condições climáticas havidas durante todo o ciclo vegetativo da cultura e na fase de colheita.
Comercialização: A comercialização vem-se processando lentamente em virtude dos baixos preços pagos aos produtores.
Preço médio ao produtor: Cr$ 600,00/@ a Cr$ 610,00/@.

PARANÁ

Produção: Segundo a CFP, o estado espera colher 575,5 mil t.
Produção da safra anterior: 567,2 mil t.
Causas da variação da produção: Apesar do decréscimo na área plantada, de quase 3%, o aumento previsto na produtividade poderá compensar esta queda, em virtude da excelente condição climática prevalecente nas fases de desenvolvimento e colheita desta lavoura.
Comercialização: Apesar dos baixos preços, praticamente toda a produção, antecipadamente entregue às usinas de beneficiamento, para posterior acordo de preço, já foi comercializada.
Preço médio ao produtor: Cr$ 550,00 à Cr$ 590,00/@.

MINAS GERAIS

Produção: A CFP espera que este estado produza 65,9 mil t. Contudo, informações locais revelam uma produção de aproximadamente 110 mil t.
Produção da safra anterior: 67,5 mil t.
Causas da variação da produção: a queda da produtividade (-14,7%) anulou o aumento da área, de 14,4%, devido, principalmente à estiagem no norte do estado.
Comercialização: lenta, devido aos preços baixos.
Preço médio ao produtor: entre Cr$ 520,00/@ e Cr$ 550,00/@.

CEARÁ

Produção: A última estimativa da CFP aponta para um intervalo entre 175,6 e 229,3 mil t, embora informações locais dêem conta de uma produção de apenas 136,5 mil t.
Produção da safra anterior: Segundo o FIBGE, este estado produziu 141,8 mil t, em 1980.
Causas da variação da produção: Possível retomada dos níveis normais de produtividade (108,7 kg/ha para 136/160 kg/ha, segundo a CFP), após um ano de seca prolongada.
Comercialização: Apesar do estágio atual da cultura ser de formação de maçãs, a comercialização é habitualmente efetuada antes da colheita se efetivar. Como a maioria dos produtores encontra-se em precárias condições financeiras, têm sido feitos negócios ao nível do preço mínimo (Cr$ 780,00/@).
Preço médio ao produtor: –

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ARROZ

BRASIL

Estágio atual da lavoura: comercialização em andamento
Pico da safra: março/abril
Produção: 9,12 milhões de t, segundo a CFP
Produção da safra 1979/80: 9,684 milhões de t, segundo a CFP
Maior produção alcançada anteriormente: a da safra 1979/80
Causas da variação na produção: estiagem no Nordeste e no Centro-Oeste

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

MARANHÃO

Produção: 990 mil t conforme a CFP, cuja avaliação de maio era de 1,1 milhão de t.
Produção da safra anterior: 1,281 milhão de t
Causas da variação da produção: a estiagem foi o principal fator determinante da quebra de safra, reduzindo em 20% a produtividade, média estadual em relação a obtida em 1979/80. Focos de brusone em Vitória do Mearim também contribuíram para a redução
Comercialização: em andamento, com um nível de preços favorável, devido à posição de supridor da região nordestina, ainda mais afetada pela estiagem, de que desfruta o estado
Preço médio ao produtor: em torno de Cr$ 1.100,00/60 kg.

MATO GROSSO

Produção: 1,065 milhão de t, segundo a CFP.
Produção da safra anterior: 1,174 milhão de t.
Causas da variação da produção: a produtividade média estadual reduziu-se, de 1.307 kg/ha, em 1979/80, para 1.170 kg/ha, nesta safra, devido à estiagem.
Comercialização: lenta, devendo agilizar-se não só devido às alterações efetuadas nas aquisições dos Postos Volantes de Compra, mas, também, pela proximidade dos vencimentos dos financiamentos de custeio.
Preço médio ao produtor: Cr$ 700/Cr$ 800/60 kg.

MINAS GERAIS

Produção: atualmente estimada pela CFP em 752 mil t, contra 713 mil t, na avaliação de maio, da mesma fonte.
Produção da safra anterior: 847,3 mil t.
Causas da variação da produção: a estiagem no início do ano, que reduziu em 23% a produtividade estimada para a safra, anulando o ganho que se teria com o incremento de quase 10% na área plantada.
Comercialização: lenta, refletindo a expectativa quanto ao atendimento das reivindicações dos orizicultores dos estados centrais.
Preço médio ao produtor: Cr$. . . 1.000,00/60 kg.

RIO GRANDE DO SUL

Produção: 2,52 milhões de t.
Produção da safra anterior: 2,257 milhões de t.
Causas da variação da produção: além da expansão na área cultivada com o cereal, atualmente estimada em 3%, as boas condições climáticas propiciaram uma produtividade quase 6% superior à da safra anterior.
Comercialização: praticamente todo o produto já foi entregue às indústrias, para secagem e a comercialização segue lentamente, em razão de se considerarem baixos os preços hoje praticados.
Preço médio ao produtor: Cr$ 900 a Cr$ 1.000,00, por 50 kg.

Agroanalysis, 5(6): 14-18, junho/1981

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

FEIJÃO (safra da seca)

BRASIL

Estágio atual da lavoura: Colheita.
Pico da safra: Centro-Sul: maio/junho; Nordeste: variável, de acordo com o estado.
Produção: Previsão CFP: 1.035,5/1,260 milhão de t, com o extremo superior talvez superestimado.
Produção da safra 1979/80: 895,2 mil t.
Maior produção alcançada anteriormente: 2.676.225 t (em 1972, produção referente às duas safras do ano).
Causas da variação da produção: melhores condições climáticas deverão proporcionar maior rendimento físico à cultura.

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Produção: 44 mil a 45 mil t.
Produção da safra anterior: 46,7 mil t.
Causas da variação da produção: más condições climáticas.
Comercialização: normal, embora observe-se alguma tendência à retenção do produto por parte do agricultor.
Preço médio ao produtor: Cr$ 3.800,00 a Cr$ 5.000,00 (feijão de cores); Cr$ 3.700,00 a Cr$ 4.500,00 (feijão preto) por saca de 60 kg.

RIO GRANDE DO SUL

Produção: 18 mil t.
Produção da safra anterior: 24,2 mil t.
Causas da variação da produção: condições climáticas adversas levaram à grande redução na área plantada.
Comercialização: Alto custo da estocagem por parte das organizações varejistas têm feito com que elas não comprem grandes quantidades de feijão das cooperativas.
Preço médio ao produtor: Cr$ 4.500,00/Cr$ 4.800,00 por saca de 60 kg.

SANTA CATARINA

Produção: 45,59 mil t.
Produção da safra anterior: 32 mil t.
Causas da variação da produção: elevação de 37,4% no rendimento médio da cultura.
Comercialização: não muito ágil devido à tendência de retenção do produto por parte do agricultor.
Preço médio ao produtor: Cr$ 4.000,00/saca de 60 kg.

CEARÁ

Produção: 72 mil t.
Produção da safra anterior: 51 mil t.
Causas da variação da produção: aumento da área plantada e do rendimento médio por hectare.
Comercialização: muito rápida, em virtude da pequena oferta do produto na região Nordeste em geral, já não restando quase produto algum a ser comercializado.
Preço médio ao produtor: Chegou a Cr$ 4.200,00/Cr$ 4.500,00 por saca de 60 kg na época de maior comercialização (meados de maio-início de junho), preço bastante elevado em se tratando de feijão macaçár.

MINAS GERAIS

Produção: 221.625 t.
Produção da safra anterior: 209,2 mil t
Causas da variação da produção: aumento de 4% da área plantada.
Comercialização: ainda lenta devido ao atraso da colheita.
Preço médio ao produtor: Cr$ 5.500,00 a Cr$ 6.000,00 por saca de 60 kg.

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

MILHO

CENTRO-SUL

Estágio atual da lavoura: colheita.
Pico da safra: maio.
Produção: Previsão CFP: 22,925/23,051 milhões de t
Produção da safra 1979/80: 20,213 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 20,213 milhões de t (safra 1979/80).
Causas da variação da produção: Aumento de área cultivada e do rendimento físico da cultura.

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Produção: 5,57 milhões de t.
Produção da safra anterior: 5,11 milhões de t.
Causas da variação da produção: aumento de 8% na área plantada.
Comercialização: normal.
Preço médio ao produtor: Cr$ 535,00 a Cr$ 580,00 por saca de 60 kg.

RIO GRANDE DO SUL

Produção: 3,914 milhões de t.
Produção da safra anterior: 3,194 milhões de t.
Causas da variação da produção: aumento da área e do rendimento.
Comercialização: está-se aquecendo à medida em que diminui o estoque de milho importado.
Preço médio ao produtor: Cr$ 550,00 a Cr$ 650,00 por saca de 60 kg.

SANTA CATARINA

Produção: 3,3 milhões de t.
Produção da safra anterior: 2,877 milhões de t.
Causas da variação da produção: aumento da área e do rendimento médio.
Comercialização: lenta, em parte prejudicada pela crise pela qual vem passando a suinocultura.
Preço médio ao produtor: Cr$ 580,00 a Cr$ 600,00 por saca de 60 kg.

MINAS GERAIS

Produção: 3,51 milhões de t*
Produção da safra anterior: 3,021 milhões de t.
Causas da variação da produção: aumento da área e do rendimento.
Comercialização: normal, embora sem grande agilidade,porque os compradores esperam queda no preço, à medida em que se desenvolver a colheita.
Preço médio ao produtor: Cr$ 620,00 a Cr$ 650,00 por saca de 60 kg.

* é provável que ocorra revisão para menos deste número, devido à revisão dos dados de área plantada.

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

SOJA

CENTRO-SUL

Estágio atual da lavoura: colheita encerrada.
Pico da safra: março/abril.
Produção: 15,5 milhões de t.
Produção da safra 1979/80: 14,9 milhões de t.
Maior produção alcançada anteriormente: a da safra 1979/80.
Causas da variação da produção: a área plantada sofreu um pequeno acréscimo e as lavouras gaúchas recuperaram níveis normais de rendimentos físicos.

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL

Produção: 6,1 milhões de t.
Produção da safra anterior: 5,7 milhões de t.
Causas da variação da produção: recuperação de rendimentos normais, após a ocorrência de seca em regiões localizadas do estado, que comprometeu a produtividade média estadual.
Comercialização: a safra gaúcha vem apresentando problemas de escoamento. Afetadas pela greve de caminhoneiros, cotações baixas no mercado internacional e pela proximidade do vencimento dos contratos de custeio (salvo se houver prorrogação das dívidas até agosto) os produtores deverão intensificar as vendas do produto, apesar dos preços considerados não atraentes.
Preço médio ao produtor: Cr$ 1.000/saca de 60 kg.

PARANÁ

Produção: 5,2 milhões de t.
Produção da safra anterior: 5,4 milhões de t.
Causas da variação da produção: ligeira redução da área plantada (-3%).
Comercialização: a comercialização interna do produto, após uma evolução mais lenta, em comparação com o mesmo período de 1980, deverá acelerar-se a partir de junho, pois, com o vencimento dos contratos de custeio já tendo ocorrido, em sua maior parte, em 31/5, e as importações em regime de "draw-back" suspensas, crescerá o poder de barganha do produtor frente às indústrias moageiras.
Preço médio ao produtor: Cr$ 1.050/sc 60 kg.

MATO GROSSO DO SUL

Produção: 1,4 milhão de t.
Produção da safra anterior: 1,3 milhão de t.
Causas da variação da produção: aumento da área plantada (de 806,6 mil ha para 831 mil ha) e dos rendimentos físicos da cultura.
Comercialização: fluindo normalmente com as cooperativas adquirindo a soja dos produtores, com preço a fixar.
Preço médio ao produtor: Cr$ 860/sc 60 kg.

SÃO PAULO

Produção: 1,0 milhão de t.
Produção da safra anterior: 1,1 milhão de t.
Causas da variação da produção: pequena redução da área plantada.
Comercialização: Evoluindo normalmente com indústrias realizando aquisições. A fraqueza do mercado internacional, contudo, tem redundado em preços bem abaixo das expectativas iniciais dos produtores — em torno de Cr$ 1.150/sc 60 kg.
Preço médio ao produtor: Cr$ 950/sc 60 kg.

AGROPECUÁRIA
PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS, SALÁRIOS E SERVIÇOS
2º SEMESTRE DE 1980 / 2º SEMESTRE DE 1979
VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)

ESTADOS	ARRENDAMENTOS			VENDAS DE TERRAS				REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA					SERVIÇOS	
	Lavouras	Expl. Animais	Eng. e estada animais	Lavouras	Campos	Pastagens	Matas	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista	Trator	Caminhão
RONDÔNIA	...	...	126	95	33	102	88	97	74	160	109	131	173	211
ACRE	...	...	50	93	77	56	124	134	101	91	86	100	195	139
AMAZONAS	76	...	131	130	190	101	133	138	134	188	113	128	211	77
RORAIMA	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
PARÁ	...	...	159	101	181	134	130	106	102	56	118	126	135	81
AMAPÁ	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
MARANHÃO	78	76	169	103	106	123	101	120	92	85	118	130	134	114
PIAUÍ	169	100	180	126	141	98	118	112	91	116	117	137	125	84
CEARÁ	158	123	153	107	130	110	113	111	88	91	90	114	127	68
RIO G.NORTE	110	125	145	109	141	111	100	89	90	85	125	122	99	85
PARAÍBA	112	119	158	105	91	83	138	86	95	96	100	108	159	138
PERNAMBUCO	114	85	143	102	84	74	112	98	71	68	94	96	107	126
ALAGOAS	97	104	133	122	107	143	83	89	104	90	87	122	139	65
SERGIPE	84	75	137	124	140	135	135	72	99	123	97	83	113	99
BAHIA	90	61	84	118	119	112	96	72	62	63	56	89	102	121
MINAS GERAIS	111	94	93	102	138	124	106	101	96	100	93	102	119	90
ESPÍRITO SANTO	115	124	99	131	106	125	125	119	103	103	109	102	105	140
RIO DE JANEIRO	118	152	102	91	147	107	97	93	101	92	100	91	108	99
SÃO PAULO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
PARANÁ	151	139	125	136	150	142	138	109	111	102	117	155	164	103
SANTA CATARINA	136	117	130	118	160	138	122	140	106	123	130	122	112	175
RIO G.SUL	104	164	86	111	107	143	100	119	107	118	106	93	114	114
MATO G. DO SUL	168	134	99	109	135	123	118	104	137	83	99	131	90	169
MATO GROSSO	78	183	136	149	128	103	126	105	85	80	100	122	120	134
GOIÁS	144	178	171	179	174	173	165	77	107	111	106	125	118	135
D.FEDERAL	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
BRASIL (*)														

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV

(*) Média não calculada em virtude da ausência dos preços de SP

AGROPECUÁRIA
PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS, SALÁRIOS E SERVIÇOS
2º SEMESTRE DE 1980
(em Cr$)

ESTADOS	ARRENDAMENTOS			VENDAS DE TERRAS				REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL					SERVIÇOS	
	Lavouras ha/ano	Expl. Animais ha/ano	Eng. e estada animais cab/mês	Lavouras (ha)	Campos (ha)	Pastagens (ha)	Matas (ha)	Administrador (mês)	Capataz (mês)	Tratorista (mês)	Mensal. (mês)	Diarista dia/a seco	Trator (ha)	Caminhão (t/km)
RO	...	1.750	140	9.500	2.500	10.500	4.000	15.000	8.500	13.500	6.500	383	3.000	41
AC	...	...	150	13.192	6.273	10.513	5.026	12.617	8.305	9.875	5.938	224	2.990	32
AM	1.912	...	180	8.971	5.639	10.925	2.459	11.141	8.028	13.056	5.231	198	2.900	28
RR	...	...	...	...	...	...	...	...	...	12.000	4.500	...	2.567	15
PA	...	...	153	7.819	2.929	8.867	3.108	11.349	6.801	6.428	5.305	197	2.864	24
AP	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
MA	2.179	1.661	191	4.746	2.011	6.856	2.536	8.791	5.103	5.773	4.412	191	2.172	26
PI	2.950	1.852	260	3.971	1.624	3.664	1.926	6.660	3.856	5.674	3.709	161	2.227	27
CE	2.977	2.777	223	9.636	5.139	5.857	5.721	7.344	4.620	5.902	3.513	135	1.601	20
RN	2.657	1.980	340	10.799	7.243	7.653	5.613	6.301	4.547	6.175	4.270	182	1.281	25
PB	3.117	2.361	335	21.482	11.400	16.122	11.111	5.946	4.575	5.635	3.677	164	2.555	21
PE	2.721	3.370	370	26.804	11.200	16.814	10.886	6.643	4.228	6.236	4.268	155	2.125	17
AL	3.329	4.030	361	35.770	21.781	39.110	24.611	7.216	5.074	5.529	3.943	182	2.591	15
SE	2.548	3.468	452	34.977	20.227	33.387	22.197	6.790	4.725	7.552	4.070	176	1.832	11
BA	3.851	2.894	255	25.523	11.420	20.362	11.840	7.923	5.067	6.977	4.028	200	2.163	27
MG	4.357	2.200	222	45.092	19.750	32.919	26.004	9.971	6.954	8.066	5.101	200	1.799	12
ES	6.925	2.468	181	54.455	31.420	42.739	48.946	10.871	6.861	8.145	5.476	216	2.255	20
RJ	6.173	2.760	236	59.798	40.296	48.807	43.767	11.192	8.256	7.236	5.400	199	2.656	22
SP	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
PR	7.040	3.028	220	98.100	59.511	72.554	54.704	12.635	8.138	6.870	5.375	258	2.350	21
SC	6.859	2.115	168	55.753	37.149	38.785	40.734	13.418	8.309	8.769	5.962	282	2.148	22
RS	2.852	1.261	136	61.778	42.648	49.914	42.825	14.135	9.252	7.427	5.765	235	1.283	26
MS	6.045	2.700	223	46.489	19.426	34.031	30.409	15.819	10.707	6.600	4.958	272	2.226	20
MT	2.613	1.884	158	23.694	8.731	17.964	12.386	15.556	9.398	7.121	5.171	253	2.082	26
GO	4.134	2.659	236	40.501	12.456	25.574	17.973	10.868	6.839	7.527	4.915	241	1.957	15
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BR (*)														

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV

(*) Média não calculada em virtude da ausência dos preços de SP

Impresso na


COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO 128
TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber